

# Menos dinheiro circulando no mercado

Estão paralisadas, até o próximo dia 31 de março, as operações de **open market** com títulos privados. Ao mesmo tempo, foi elevado em 11% o depósito compulsório dos bancos — parte dos depósitos à vista recolhida ao Banco Central. Estas medidas constam de duas circulares baixadas ontem pelo BC, com a finalidade de reduzir a liquidez do sistema, segundo informou o diretor da área bancária da instituição, Wadico Buchi.

A paralisação temporária do mercado de ADM (**open** com títulos privados), disse Buchi, tem por objetivo, diminuir a movimentação nesse segmento, considerado excessivamente líquido no momento. Quanto ao aumento do compulsório, sua finalidade é impedir que um volume grande de recursos ingresse na economia a partir desta semana, em função de uma medida anterior do BC (de dezembro de 87), que entrou em vigor nos últimos dias.

A medida estabelece que o encaixe livre das instituições financeiras — ou seja, o caixa dos bancos — passe a ser computado como se fosse depósito compulsório. Com isso, na prática, haveria uma redução do volume recolhido ao BC como compulsório,



Wadico Buchi

da ordem de Cz\$ 26 à 27 bilhões, dinheiro que ingressaria na economia, elevando acentuadamente a liquidez.

O aumento de 11% do compulsório, disse o diretor do BC, visou à "compensar" o efeito de aplicação dessa medida. Em termos brutos, a elevação de 11% representa aumento de cerca de Cz\$ 30 bilhões de de-

pósito compulsório. Mas em termos líquidos, descontados os Cz\$ 26 a 27 bilhões, a elevação fica em torno de Cz\$ 3 a 4 bilhões.

Buchi explicou que a circular que determina a contabilização do encaixe livre juntamente com o compulsório não poderia ser revogada, uma vez que foi instituída para permitir "redução de custos do sistema". Por isso, a alternativa foi elevar o compulsório. Ele disse ainda que a decisão, que havia sido ventilada há alguns dias, não foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), na reunião da última quarta-feira, porque a matéria é de competência exclusiva do BC. Cabe ao BC administrar a política monetária e à Secretaria do Tesouro conduzir a dívida pública, desde a aprovação do orçamento unificado da União.

Após a unificação, foi criado um comitê permanente de política monetária, constituída por diretores e técnicos do BC e da Secretaria do Tesouro. A idéia, segundo Buchi, é unificar a equipe para garantir uma linha de ação coerente na política monetária e fiscal. As medidas adotadas ontem foram decididas por esse comitê permanente.